

Padrão de produção Bonsucro V5.1 (Rascunho)

Como uma organização com várias partes interessadas, a Bonsucro procura envolver as partes interessadas quando mudanças são propostas e feitas em nossos padrões. Aqui você encontrará informações detalhadas sobre esse processo e o trabalho atual sobre desenvolvimento de padrões, bem como informações sobre como esses documentos principais foram criados.

O padrão de produção da Bonsucro está no centro de tudo o que a Bonsucro faz. Estabelece uma definição de como deve ser a produção sustentável de cana, fornecendo uma ferramenta métrica abrangente para agricultura e processamento sustentáveis. A Bonsucro deseja maximizar o impacto que a Norma tem no futuro do setor de cana e melhorar o valor agregado para os produtores que a implementam, usam e cumprem.

O "Padrão de Produção Bonsucro" contém princípios e critérios para alcançar a produção sustentável de cana-de-açúcar e todos os produtos derivados da cana-de-açúcar em relação às dimensões econômica, social e ambiental. Seu principal objetivo é definir um conjunto de princípios, critérios e indicadores, juntamente com notas explicativas, para avaliar o desempenho dos operadores em relação aos três pilares da sustentabilidade. O padrão é usado pelos membros da Bonsucro que desejam obter a certificação. Também é usado por organismos de certificação e auditores endossados ao realizar auditorias de certificação.

O procedimento para desenvolver e revisar o padrão Bonsucro é baseado no [Código de Boas Práticas ISEAL](#). Requer consulta de várias partes interessadas e um processo de tomada de decisão para garantir condições claras e auditáveis no próprio padrão. O processo é conduzido pelo Grupo de Trabalho de Revisão Padrão, liderado pelas partes interessadas e apoiado pelo Conselho Consultivo Técnico e pelo Conselho de Membros.

[Processo de revisão e desenvolvimento de normas Bonsucro](#)

Em 18 de maio, a Bonsucro lançou a consulta pública sobre as mudanças propostas no Padrão de Produção. A consulta durará até 31 de julho. Os membros do Bonsucro, não-membros e todas as partes interessadas são convidados a participar e enviar seus comentários. Quanto mais informações forem coletadas, mais robusto será o Padrão.

Abaixo, você encontrará a versão preliminar do Padrão de Produção Bonsucro 5. Por favor, sinta-se à vontade para comentar sobre o rascunho da Norma preenchendo o questionário de Inquérito sobre o Padrão de Produção Bonsucro até 31 de julho. Consulte o Draft Bonsucro V5 Production Standard e o resumo das alterações antes de responder ao formulário. O questionário pode ser baixado em nosso site: <http://www.bonsucro.com/production-standard-revision-public-consultation/>

A Bonsucro sediará uma série de seminários on-line em inglês, espanhol e português sobre alterações no padrão de produção. Para participar, registre-se através deste link: <http://www.bonsucro.com/production-standard-revision-public-consultation/>

Tenha em mente:

- Os indicadores destacados em **amarelo** são indicadores PRINCIPAL
- As orientações incluídas neste documento são indicativas. Uma nova versão do guia de implementação e da calculadora Bonsucro será lançada para acompanhar a nova versão padrão de produção.
- O princípio EU-DER está fora do escopo desta revisão. Ele continuará a ser incluído na Norma, como está atualmente no Princípio 6. A Norma adotará automaticamente todas as alterações necessárias para cumprir o EU-RED II, uma vez que sejam publicadas.

Para qualquer dúvida, entre em contato com Nahuel Tuñon em nahuel@bonsucro.com

PRINCÍPIO 1 - AVALIAR E GERENCIAR RISCOS AMBIENTAIS, SOCIAIS E DE DIREITOS HUMANOS

CRITÉRIOS	INDICADOR	Escopo	Padrão	OBSERVAÇÕES
1.1 – Liderança demonstrada através da realização de compromisso, análise de contexto, mapeamento de interessados e avaliações de risco	1.1.1 Políticas de sustentabilidade estão em vigor	Usina Agricultura Área de suprimento integral	Sim	<p>INDICADOR PRINCIPAL</p> <p>Em alinhamento com o escopo de aplicação do Padrão de Produção da Bonsucro, o operador terá políticas ou ordens de trabalho em vigor para respeito aos direitos humanos, direitos dos povos indígenas, direitos trabalhistas, saúde do trabalhador, meio-ambiente, o Padrão da Bonsucro, Anticorrupção/Antissuborno/lavagem de dinheiro, contra o assédio e contra a discriminação. O operador implementará essas políticas e práticas na unidade de certificação e as implementará progressivamente em toda a área de suprimento. O compromisso do operador será disponibilizado aos funcionários, fornecedores, clientes e outros interessados.</p> <p>As políticas indicarão claramente que o respeito por esses valores é um dever ativo que envolve a diligência devida contínua de impactos reais e potenciais. <i>Para mais informações, consulte a Orientação.</i></p> <p>Orientação Seletiva: As declarações de política são escritas por especialistas na área em uma operação e aprovadas pela gerência sênior. A implementação de políticas é um processo que envolve a aceitação e o envolvimento em todo o empreendimento para sua implementação eficaz.</p>
	1.1.2 - O Mapeamento de Interessados Internos, Externos e Vulneráveis é realizado	Usina Agricultura	Sim	<p>INDICADOR PRINCIPAL</p> <p>O operador terá um plano de identificação, priorização e envolvimento com partes interessadas e afetadas (ou seja, interessados internos, externos, afetados direta ou indiretamente, e vulneráveis, bem como comunidades indígenas, tribais e tradicionais). O plano será revisado pelo menos anualmente. <i>Para mais informações, consulte a Orientação.</i></p> <p>Orientação: O processo de lidar com comunidades tribais e indígenas considerará a Convenção 169 da OIT, garantindo aos povos indígenas o direito a consulta de consentimento livre, prévio e informado e garantindo a boa-fé.</p>

<p>1.1.3 Reivindicações de terras e águas que são contestadas legitimamente por outros usuários</p>	<p>Usina Agricultura Área de suprimento integral</p>	<p>0 has e 0 / m3</p>	<p>INDICADOR PRINCIPAL O operador envolvido em ação judicial, seja como autor ou réu, tomará as medidas adequadas para resolver o conflito. O operador resolverá e se adequará às ações judiciais, decisões judiciais ou recursos. O operador atuará visando a solução definitiva da disputa utilizando mecanismos judiciais e/ou extrajudiciais reconhecidos. Reivindicações contra terra e água aplicam-se à integralidade da área de suprimento (usina) ou área de produção (fazendas), independentemente da inclusão na unidade de certificação. <i>Para mais informações, consulte a Orientação.</i></p> <p>Orientação: Há vários meios pelos quais protocolos legais, extraleais, de comunidade, e outros protocolos socialmente apropriados podem demonstrar que a resolução da disputa foi obtida. Um mecanismo de denúncia judicial ou extrajudicial reconhecido pode ser um órgão jurisdicional nacional ou internacional, um mecanismo de denúncia internacional como o Ponto de Contato Nacional da OCDE, ou um mecanismo através de investidores ou MSIs incluindo os mecanismos de denúncia de credores internacionais (por exemplo, IFC CAO). Caso decisões judiciais beneficiem o operador em detrimento de comunidades tradicionais, o operador estabelecerá processos de envolvimento com populações deslocadas, implementará um plano de gerenciamento de impacto de sustento, e acompanhará os resultados quanto ao sustento e mitigará e/ou reverterá todos os impactos adversos do deslocamento.</p>
<p>1.1.4 - A Avaliação de Risco e Impacto é realizada</p>	<p>Usina Agricultura Área de suprimento integral</p>	<p>Sim</p>	<p>INDICADOR PRINCIPAL O operador deve ter em vigor uma Avaliação de Risco e Impacto que inclui (1) Uma análise de contexto empresarial e (2) Uma análise de risco social e ambiental e (3) Uma identificação de impactos (potenciais e reais) quanto aos direitos humanos de trabalhadores, meio-ambiente e comunidades. A avaliação de impacto deve abranger pelo menos os indicadores principais do Padrão, incluindo impactos reais e potenciais da operação sobre o meio-ambiente, a mão-de-obra e as comunidades. Um resumo será disponibilizado a funcionários, fornecedores, clientes e outros interessados identificados. O operador realizará a avaliação para a unidade de certificação e incorporará progressivamente a área de suprimento inteira. <i>Para mais informações, consulte a Orientação.</i></p>

				<p>Orientação: A análise de contexto deve considerar uma série de fatores contextuais relevantes, incluindo estabilidade financeira nacional/regional, riscos de conflitos e desafios de transporte/logística, oportunidades associadas a inovações comerciais, estabilidade política, questões de diálogo social, riscos de contratação e subcontratação, e outros fatores de facilitação/impedimento de negócios. Caso se determine que o contexto é politicamente frágil ou afetado por conflito, a análise deve articular como a mão-de-obra será protegida contra violência e quais ações o operador tomará para evitar contribuir para o conflito.</p> <p>A análise de risco social e ambiental inclui preparação para emergências (por exemplo, desastres naturais/ambientais, pandemias e outros), considerar possíveis efeitos sobre requisitos de carga de trabalho, riscos do ambiente de trabalho e outros fatores externos.</p>
1.2 Estratégias de gerenciamento são documentadas e implementadas	1.2.1 - Sistemas em vigor para demonstrar o cumprimento de leis, compromissos, direitos e outros requisitos aplicáveis.	Usina Agricultura	Sim	<p>INDICADOR PRINCIPAL</p> <p>O operador deve ter um sistema documentado em vigor para identificar, atualizar, acompanhar e promover o cumprimento de leis, compromissos, direitos e requisitos aplicáveis.</p> <p>O operador também deve listar e demonstrar a diligência devida legal de todos os terceiros contratados, agências de recrutamento, prestadores de serviço e fornecedores de mão-de-obra.</p> <p><i>Para mais informações, consulte a Orientação.</i></p> <p>Orientação: Leis, compromissos, direitos e requisitos aplicáveis referem-se a leis (incluindo convenções internacionais ratificadas e integradas), pertinentes ao escopo de aplicação do Padrão de Produção da Bonsucro. Esse indicador é específico de leis sobre:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Resíduos, poluição e proteção ambiental, - Conservação da natureza e ecossistemas naturais, - Qualidade e extração da água - Energia e emissão de GEE, - Condições de trabalho, incluindo saúde e segurança de ocupações - Licenças operacionais, - Benefícios/obrigações sociais - Direitos humanos e direitos de comunidades tradicionais - Direitos de uso e titularidade de terras e águas, - Proteção do solo - Práticas agrícolas e de processamento, transporte.

				<p>Observe que em alguns casos, o Padrão pode ir além das leis nacionais e, em tais casos, o Padrão prevalecerá. Em caso de conflito entre o Padrão da Bonsucro e a lei nacional, os operadores buscarão formas de cumprir os princípios dos Padrões de Produção da Bonsucro sempre que possível; Caso o contexto nacional torne impossível o cumprimento total dessa responsabilidade, espera-se que os operadores respeitem os princípios do Padrão de Produção da Bonsucro da forma mais ampla possível nas circunstâncias e sejam capazes de demonstrar seus esforços nesse sentido.</p>
1.2.2 - Contratos de Fornecimento de Cana cumpridos	Usina		Sim	<p>INDICADOR PRINCIPAL Todos os termos de contratos de fornecimento de cana são cumpridos, incluindo os pagamentos que serão feitos conforme acordo contratual (inclusive o valor e o prazo de pagamento). <i>Para mais informações, consulte a Orientação.</i></p>
1.2.3 – Objetivos e planos são definidos para controlar os maiores riscos identificados	Usina Agricultura Área de suprimento integral		Sim	<p>INDICADOR PRINCIPAL O operador estabelecerá objetivos para controlar os maiores riscos identificados relacionados a indicadores do Padrão de Produção da Bonsucro na unidade de certificação e trabalhará progressivamente para implementá-los integralmente na área de suprimento inteira para atingir 100%. O operador demonstrará que recursos adequados e funcionários competentes (com capacidade para tratar de questões ambientais, sociais, de direitos humanos, de trabalho, de saúde e segurança ocupacionais e outras questões) são alocados para gerenciar riscos identificados. Um resumo será disponibilizado a funcionários, fornecedores, clientes e outros interessados. <i>Para mais informações, consulte a Orientação.</i></p> <p>Orientação Caso se identifique comunidades tradicionais e indígenas, o consentimento livre, prévio e informado (FPIC) será exigido antes que quaisquer operações sejam estabelecidas ou expandidas.</p>
1.2.4 Ações corretivas são implementadas e a revisão do gerenciamento é realizada	Usina Agricultura Área de suprimento integral		Sim	<p>A organização realizará uma auditoria interna anual para determinar se a organização;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Se adequa aos requisitos no Padrão de Produção da Bonsucro - Implementa e mantém de maneira efetiva os requisitos padrão em sua organização. Quaisquer inconformidades encontradas como parte da auditoria interna indicarão ações corretivas a serem realizadas. Os resultados das auditorias

				<p>internas e todas as ações realizadas para corrigir inconformidades estarão sujeitos a revisão de gerenciamento pelo menos anualmente. A organização manterá registros e relatórios da auditoria interna.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Ações corretivas realizadas como resultado de quaisquer inconformidades identificadas na auditoria interna serão documentadas, incluindo datas e descrições de ações realizadas para resolvê-las. - O procedimento para o processamento da auditoria interna anual será documentado. <p>A auditoria interna deve ser efetuada na unidade de certificação e deve trabalhar progressivamente para incluir a área de suprimento inteira par atingir 100%. O mecanismo de monitoramento deve incluir uma função de feedback para trabalhadores, dando a eles a oportunidade de fazer comentários. <i>Para mais informações, consulte a Orientação.</i></p>
	1.3.1 - O mecanismo de denúncia para comunidades está em vigor	Usina Agricultura	Sim	<p>Para garantir que os interessados afetados tenham acesso a processos que tratam de suas denúncias, o operador deve ter em vigor um mecanismo de denúncia mutuamente acordado e documentado que atenda às expectativas expressas nos Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos da ONU: Legítimo, Acessível, Previsível, Equitativo, Transparente, Compatível com Direitos, uma fonte de aprendizado contínuo baseado na participação dos interessados. Na prática, ele atende ao seguinte:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Garante o anonimato de reclamantes, caso solicitado por reclamantes, os protegendo contra o risco de represália ou intimidação. Também garante as regras de confidencialidade estabelecidas pela sociedade. - Procedimentos estão em vigor para garantir que o sistema seja devidamente comunicado e entendido pelas partes afetadas, inclusive por partes analfabetas ou trabalhadores cuja língua nativa não seja a língua da operação. - Os operadores mantêm as partes de uma denúncia informadas sobre o seu progresso, cronograma e resultados. - O sistema permite que os reclamantes escolham pessoas ou grupos para apoiá-los e/ou atuar como observadores. <p><i>Para mais informações, consulte a Orientação.</i> Orientação: Um registro de denúncias é publicado anualmente, resumindo todas as reclamações apresentadas pela operação (anonimizando reclamantes e reclamados conforme apropriado), identificando estratégias para expandir o acesso/aceitação quanto ao mecanismo de denúncia, e descrevendo intervenções planejadas para lidar com possíveis causas de reclamações existentes de modo sistemático.</p>

PRINCÍPIO 2 - RESPEITAR DIREITOS TRABALHISTAS E PADRÕES DE SAÚDE E SEGURANÇA OCUPACIONAIS

CRITÉRIO	INDICADOR	Escopo	Padrão	NOTES
2.1 Fornecer um ambiente de trabalho seguro e saudável em operações no ambiente de trabalho	2.1.1. Os riscos principais à saúde e à segurança são documentados, avaliados, comunicados aos trabalhadores e mitigado	Usina Agricultura	Sim	<p>INDICADOR PRINCIPAL</p> <p>Aplica-se a todos os trabalhadores nas dependências da usina e fazendas incluídos na unidade de certificação. Avaliações de Saúde e Segurança devem aderir aos padrões cabíveis (legislação, política e melhores práticas) com relação à garantia de que o emprego não comprometa a saúde ou a segurança dos empregados. Riscos de saúde e segurança serão avaliados com relação a riscos ocupacionais (por exemplo, ergonomia, lesões relacionadas ao trabalho e acidentes relacionados ao trabalho, fadiga), riscos ambientais (por exemplo, estresse por calor, hipobaropatia) e riscos à saúde pré-existentes (por exemplo, declínio do funcionamento renal, soropositividade de HIV/AIDS)</p> <p><i>Para mais informações, consulte a Orientação.</i></p> <p>Orientação: 'A triagem ocupacional abrangerá riscos associados ao início do trabalho (por exemplo, riscos associados a climatização inadequada), duração do trabalho (por exemplo, fadiga, exposição a produtos químicos, ergonomia, riscos de lesão aos trabalhadores em transporte de/para locais de trabalho), e insegurança no trabalho (por exemplo, contratação para uma tarefa e realocação para outras sem a devida triagem, treinamento ou modificação de regimes de repouso). A triagem ambiental abrangerá todas as condições climáticas relevantes que afetem o bem-estar do trabalhador, incluindo calor e umidade. Caso as leis e regulações sejam suficientemente protetivas, os operadores aderirão às leis e farão relatórios de monitoramento e avaliação disponíveis e dados cabíveis (vide, por exemplo, os PPRAs brasileiros). Caso os regulamentos não resultem em análise ambientais auditáveis, os operadores realizarão avaliações em alinhamento com as melhores práticas globais (Vide Orientação). Ao avaliar o estresse por calor risco, os operadores devem empregar a metodologia da NIOSH para tempos de repouso associados aos índices de calor de WBGT ou aderir ao cronograma de repouso fornecido na orientação. A triagem médica, incluindo triagem médica anterior ao emprego, não será usada para discriminar contra e/ou excluir pessoas que experimentem problemas de saúde pelo emprego, mas para garantir que a pessoa cumpra os requisitos inerentes da posição,</p>

				<p>e identifiquem doenças crônicas que ameacem sua condição de saúde a longo prazo sob as condições de trabalho em questão. Trabalhadores com doenças crônicas identificadas serão aconselhados e encaminhados para intervenção médica; doenças e lesões relacionadas ao trabalho serão detectadas e monitoradas, e medidas de controle de riscos serão atualizadas e monitoradas quanto à eficácia. A condição de saúde do trabalhador deve ser preservada a fim de permitir que eles continuem economicamente ativos (cuidem de si e de suas famílias) conforme possível e sejam realocados para posições alternativas conforme necessário.</p> <p>Caso regulamentos não resultem em relatórios de avaliação detalhados, os operadores avaliarão os riscos ocupacionais em alinhamento com as recomendações da Convenção da OIT 184.</p>
	2.1.2 Os riscos de saúde e segurança são gerenciados através de planos implementados e cumpridos	Usina Agricultura	Sim	<p>INDICADOR PRINCIPAL</p> <p>Aplica-se a todos os trabalhadores nas dependências da usina e fazendas incluídos na unidade de certificação. Riscos ocupacionais, ambientais e médicos identificados durante a triagem são gerenciados em alinhamento com as melhores práticas globais.</p> <p>Para mais informações, consulte a Orientação</p> <p>Orientação:</p> <p>Estratégias de controle de segurança de transporte (veículos seguros, assentos de trabalhadores, e armazenamento seguro de equipamentos de fazendas) devem ser conduzidas em alinhamento com a publicação da OIT sobre Segurança e Saúde na Agricultura, Seção 15.3 (https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_dialogue/---sector/documents/normative_instrument/wcms_161135.pdf)</p> <p>Ao avaliar o estresse por calor risco, os operadores devem aderir ao cronograma de repouso fornecido na orientação (validado especificamente para o contexto da produção de cana-de-açúcar), empregar a metodologia NOISH para tempos de repouso associados ao índice WGBT e/ou de calor, ou cumprir com legislação nacional suficientemente prescritiva.</p> <p>Os riscos de fadiga devem ser gerenciados em reconhecimento dos diversos riscos à saúde associados à fadiga (vide: https://www.cdc.gov/niosh/topics/workschedules/2019abstracts/AgForestryFish2.html).</p> <p>Verificações básicas do risco de fadiga estão disponíveis (vide: https://nasdonline.org/872/d000705/sleep-deprivation-causes-and-consequences.html)</p>

				Os riscos médicos e ocupacionais devem ser gerenciados em alinhamento com a OIT 184 https://www.ilo.org/dyn/normlex/en/f?p=NORMLEXPUB:12100:0::NO::P12100_ILO_CODE:C184
2.1.3 Garantias ao direito à água e ao saneamento são projetadas, implementadas e aplicadas	Usina Agricultura	100%	<p>INDICADOR PRINCIPAL Aplica-se a todos os trabalhadores nas dependências da usina e fazendas incluídos na unidade de certificação. O operador fornecerá água potável fresca e segura para todos os trabalhadores, próximo ao local de trabalho. O consumo recomendado de água dependerá da exposição ao calor e da carga de trabalho. O operador fornecerá acesso à água para saneamento, lavagem das mãos, resfriamento da pele, bem como acesso a banheiros. Banheiros separados serão fornecidos para trabalhadores do sexo masculino e do sexo feminino. Para mais informações, consulte a Orientação.</p> <p>ORIENTAÇÃO O operador fornecerá água potável fresca (mais fresca que o ar ambiente) e segura para todos os trabalhadores, próximo às suas estações de trabalho. A qualidade da água é testada e atende aos padrões da OMS. O consumo recomendado de água depende da exposição ao calor e da carga de trabalho. Isso pode ser suplementado por uma solução eletrolítica de bebida esportiva b. Saneamento no local de trabalho refere-se a acesso a água para lavagem das mãos e resfriamento da pele, bem como acesso a banheiros.</p>	
2.1.4. Equipamentos de proteção individual apropriados fornecidos e usados por todos os trabalhadores sem custos	Usina Agricultura	Sim	<p>INDICADOR PRINCIPAL Aplica-se a todos os trabalhadores nas dependências da usina e fazendas incluídos na unidade de certificação. Os EPIs requeridos, aprovados e adequados serão fornecidos sem custos para os trabalhadores e estarão em boas condições. O operador treinará trabalhadores no uso de EPI. O operador implementará um sistema para monitorar o uso eficaz dos EPI. Para mais informações, consulte a Orientação.</p> <p>ORIENTAÇÃO: O uso de EPI e o treinamento serão identificados na avaliação de risco (Indicador 2.1.1)</p>	

	2.1.5 A porcentagem de funcionários treinados quanto a saúde e segurança no início e pelo menos a cada ano.	Usina Agricultura	90%	<p>Aplica-se a todos os trabalhadores nas dependências da usina e fazendas incluídos na unidade de certificação.</p> <p>O operador garantirá que todos os novos empregados recebam instrução básica antes do treinamento formal e atualização a cada ano ou conforme determinado pelo plano de gerenciamento de saúde e segurança.</p> <p>Para mais informações, consulte a Orientação.</p>
	2.1.6 Frequência de acidentes com afastamento	Usina Agricultura	Usina < 15; Agric. < 30 número por milhão de horas trabalhadas	<p>Aplica-se a todos os trabalhadores nas dependências da usina e fazendas incluídos na unidade de certificação.</p> <p>Um acidente com afastamento é definido como um evento inesperado e não planejado que resulta em uma lesão pessoal que impossibilita o trabalhador de cumprir seus deveres normais no dia seguinte ou no próximo turno. Caso de lesão fatal devem ser registrados separadamente.</p> <p>Para mais informações, consulte a Orientação.</p> <p>ORIENTAÇÃO: Incidentes, lesões ocupacionais não fatais e fatais devem ser registrados e analisados para identificar sua causa e para implementação de ações corretivas, documentados ao menos anualmente. Os incidentes serão relatados em proporções que diferenciem tipos de trabalho e relacionamentos empregado/contratado com o operador</p>
	2.1.7 Todos os trabalhadores têm acesso a primeiros socorros e fornecimento de resposta de emergência	Usina Agricultura	100%	<p>INDICADOR PRINCIPAL</p> <p>Aplica-se a todos os trabalhadores nas dependências da usina e fazendas incluídos na unidade de certificação.</p> <p>Suprimentos de primeiros socorros são disponíveis e verificados, e funcionários dedicados são treinados para usá-los. A resposta de emergência evita o agravamento de lesões ou doenças e haverá fornecimento de tratamento médico profissional para pessoas lesionadas ou doentes.</p> <p><i>Para mais informações, consulte a Orientação.</i></p>
	2.1.8 Há fornecimento de acomodação adequada	Usina Agricultura	100%	<p>INDICADOR PRINCIPAL</p> <p>Aplica-se a todos os trabalhadores nas dependências da usina e fazendas incluídos na unidade de certificação.</p> <p>O alojamento fornecido deve atender aos padrões regulatórios locais, ou aos requisitos expressos na orientação, o que for mais rígido, bem como OIT R115 Padrões de Recomendação de Alojamento de Trabalhadores e da OIT sobre alojamento de</p>

			<p>trabalhadores em isolamento (distante de cidades sem acesso a telefones), restrição de movimento, etc. <i>Para mais informações, consulte a Orientação.</i></p> <p>ORIENTAÇÃO O alojamento fornecido pelo usina deve atender aos padrões regulatórios locais. Caso não haja padrões regulatórios, as seguintes condições devem ser atendidas.</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Ausência de ratos, camundongos, insetos e vermes, ou condições que favorecem suas populações que possam causar doenças ou transmitir parasitas que funcionam como vetores de doenças; b) Chão seco; c) Proteção contra condições climáticas de chuva, vento ou frio; d) Nenhuma condição que apresente ameaças iminentes à saúde ou segurança dos ocupantes; e) Um registro de trabalhadores e familiares que vivem em alojamentos fornecidos pela gerência; f) Leitos separados; g) Portas com mecanismo de trava; h) Banheiros para 1:15 pessoas e instalações de lavagem para 1:6 pessoas (1 por família), com instalações separadas por gênero. i) Leitos dispostos em não mais que dois níveis; j) Iluminação natural durante o dia e luz artificial para a noite; k) Ventilação natural que garante a circulação de ar em todas condições climáticas; l) Mecanismos funcionais e eficazes de ventilação ou evacuação de fumaça de madeira e fogo bem mantidos ou reparados; m) Janelas, portas e tetos sem vazamentos; n) Pelo menos um chuveiro por 10 pessoas, separados por gênero; o) Pelo menos uma pia grande para cada 30 pessoas; p) Mecanismos de extinção de incêndio instalados e mantidos; q) Saídas de segurança marcadas.
--	--	--	--

2.2 Respeitar o direito dos trabalhadores a condições de trabalho favoráveis	2.2.1 Idade mínima de trabalhadores	Usina Agricultura	18 Anos	<p>INDICADOR PRINCIPAL Aplica-se a todos os trabalhadores nas dependências da usina e fazendas incluídos na unidade de certificação. Definição de trabalho infantil com base na Convenção da OIT 138 e 182. Para trabalhadores jovens acima da idade mínima legal de trabalho, mas abaixo de 18 anos, e para aprendizados legais, deve haver restrições quanto a horas de trabalho e horas-extras; trabalho em alturas perigosas; com máquinas, equipamentos e ferramentas perigosos; Transporte de cargas pesadas; exposição a substâncias ou processos perigosos; e condições difíceis, como trabalho noturno, são proibidas. Observe que condições especiais definidas pela Convenção da OIT C138 podem se aplicar. O operador implementará um sistema para verificar a idade dos trabalhadores. <i>Para mais informações, consulte a Orientação.</i></p> <p>ORIENTAÇÃO: Nenhuma criança pode trabalhar no campo.</p>
	2.2.2 Ausência de servidão por dívidas, tráfico e trabalho forçado/compulsório	Usina Agricultura	Sim	<p>INDICADOR PRINCIPAL Aplica-se a todos os trabalhadores nas dependências da usina e fazendas incluídos na unidade de certificação. Trabalho forçado ou compulsório conforme definido pela Convenção da OIT 29, Convenção da OIT 105 e Protocolo atualizado da OIT P209 (2014). A verificação tratará de todos os trabalhadores. <i>Para mais informações, consulte a Orientação.</i></p> <p>Orientação Proíbe-se o seguinte:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Taxas de recrutamento pagas por trabalhadores • Retenção dos documentos de identificação originais dos trabalhadores • Deduções de salário por equipamento de proteção, refeições, bebidas ou outros itens essenciais relacionados ao trabalho • Uso de mão-de-obra prisional • Restrições de saída das dependências de operação por parte dos trabalhadores • Penalidades financeiras ou pagamentos adiados de salários aos trabalhadores (inclusive por não conclusão da temporada) • Substituição contratual (alteração/piora de termos contratuais) • Horas extras involuntárias

				<ul style="list-style-type: none"> • Falta de liberdade de demissão de trabalhadores • Penalidade por rescisão empregatícia • Retenção de salários • Servidão por dívidas
	2.2.3 Ausência de discriminação	Usina Agricultura	Sim	<p>INDICADOR PRINCIPAL Aplica-se a todos os trabalhadores nas dependências da usina e fazendas incluídos na unidade de certificação. O operador terá uma política publicamente disponível, implementada e comunicada sobre ausência de discriminação e igualdade de oportunidades. A discriminação inclui qualquer distinção, exclusão ou preferência que tenha o efeito de anular ou prejudicar a oportunidade ou o tratamento conforme definido por OIT C111 e C190, afetando a igualdade de pagamento, oportunidades igualitárias de treinamento, alocação igualitária de oportunidades de trabalho, ou adequação igualitária de instalações para fins religiosos, recreativos ou funcionais. A discriminação pode se basear em raça, cor, gênero, idade, língua, religião, propriedade/riqueza, nacionalidade, origem étnica/social, casta, deficiência, gestação, condição indígena, afiliação sindical, afiliação política, status conjugal/familiar, relacionamentos pessoais, status de saúde ou outros motivos não válidos. <i>Para mais informações, consulte a Orientação.</i></p> <p>ORIENTAÇÃO: Há prova de igualdade de pagamento para o mesmo escopo de trabalho.</p>
	2.2.4 Ausência de abuso/assédio	Usina Agricultura	Sim	<p>INDICADOR PRINCIPAL Aplica-se a todos os trabalhadores nas dependências da usina e fazendas incluídos na unidade de certificação. O operador terá uma política publicamente disponível, implementada e comunicada para impedir o assédio sexual e todas as outras formas de assédio e violência. A política deve garantir que nenhum trabalhador seja submetido a comportamentos e práticas inaceitáveis, ou ameaças quanto aos mesmos, que resultem em dano físico, psicológico, sexual ou econômico, e inclui violência e assédio com base em gênero como definido por ILOC190 <i>Para mais informações, consulte a Orientação.</i></p> <p>Orientação a. Trabalhadores e gerenciamento são treinados para reconhecer abuso, discriminação e assédio e para relatar casos sem medo de represália</p>

				<p>b. Proíbe-se o seguinte:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Violência, ameaças e intimidação • Restrições de pausas para ir ao banheiro • Contato físico indesejado
	2.2.5 Respeito ao direito de todos os trabalhadores de formar e aderir a sindicatos e/ou negociação coletiva livre de interferência do operador	Usina Agricultura	Sim	<p>INDICADOR PRINCIPAL Aplica-se a todos os trabalhadores nas dependências da usina e fazendas incluídos na unidade de certificação. O operador respeitará tais direitos e não interferirá os esforços dos trabalhadores para estabelecer mecanismos de representação nos termos da lei. O operador também promoverá outros mecanismos de diálogo social (por exemplo, comitês mistos e práticas de consulta ao trabalhador) O operador deve aplicar garantias a trabalhadores sindicalizados entre os funcionários, estendendo-se a trabalhadores não sindicalizados. Para mais informações, consulte a Orientação.</p> <p>Orientação: Os sindicatos e associações de trabalhadores de outros tipos devem representar o interesse expresso de trabalhadores, como validado através de entrevistas diretas com trabalhadores.</p>
	2.2.6 Horas de trabalho perdidas como porcentagem de horas trabalhadas totais	Usina	< 5 %	<p>Isso representa horas de trabalho perdidas por ausência, também denominado “no-show” bem como greves, doenças injustificadas, etc. Isso não inclui feriados, períodos legais de descanso, tais como licença maternidade, ou treinamento. Para mais informações, consulte a Orientação.</p>
	2.2.7 Existência de um contrato ou documento equivalente.	Usina Agricultura	100 %	<p>INDICADOR PRINCIPAL Aplica-se a todos os trabalhadores nas dependências da usina e fazendas incluídos na unidade de certificação. Todos os trabalhadores devem receber um contrato ou documento equivalente (por exemplo, carteira de trabalho nacional), para que seus direitos e obrigações sejam explicados. Caso não especificado por lei, o contrato incluirá pelo menos os seguintes elementos: horas de trabalho, pagamento de horas extras, avisos, períodos de descanso, feriados, salários, modo de pagamento e, caso legal, as deduções que serão feitas. Para mais informações, consulte a Orientação.</p>
2.3 Fornecer aos	2.3.1 Proporção do menor	Usina Agricultura	≥1 \$/\$	INDICADOR PRINCIPAL

<p>empregados (inclusive mão-de-obra migratória, sazonal e outras formas de mão-de-obra contratada) com benefícios e salário suficientes para obter um padrão de vida adequado</p>	<p>salário de nível de entrada, incluindo benefícios em relação ao salário mínimo e benefícios requeridos por lei</p>			<p>Aplica-se a todos os trabalhadores nas dependências da usina e fazendas incluídos na unidade de certificação. Salário mínimo conforme definido pelas exigências legais. Ausente tais exigências, a OIT C131 pode servir como fundamento para a definição. Todos os benefícios serão pagos e contracheques serão fornecidos. O pagamento salarial se dará em alinhamento com OIT 95 e 110 conforme detalhado na Orientação. Caso salários sejam negociados voluntariamente entre empregadores e organizações de trabalhadores, esses valores salariais negociados aplicando-se a todos os trabalhadores abrangidos pelo acordo negociado. Para mais informações, consulte a Orientação.</p> <p>Orientação: Leis trabalhistas aplicáveis, acordos sindicais e/ou outros acordos coletivos e documentação de pagamento e condições estão disponíveis aos trabalhadores em línguas nacionais e são explicados a eles em uma linguagem compreensível. O treinamento requerido pela gerência ocorre durante o horário normal de trabalho e é totalmente compensado.</p>
	<p>2.3.2 O salário mínimo é garantido a trabalhadores pagos por produção</p>	<p>Usina Agricultura</p>	<p>≥1 \$/\$</p>	<p>INDICADOR PRINCIPAL Aplica-se a todos os trabalhadores nas dependências da usina e fazendas incluídos na unidade de certificação. O salário mínimo é pago a todos os trabalhadores, incluindo aqueles em quotas/por produção, quanto aos quais o cálculo se baseia em quotas alcançáveis durante o horário normal de trabalho. Caso, sob tais condições, a porcentagem de trabalho por produção não atenda o salário mínimo, então o nível salarial será aumentado pelo menos para o salário mínimo. O pagamento <i>in natura</i> não ultrapassará 30% do salário mínimo exigido. Dias não trabalhados (por determinação do gerenciamento ou devido a incidentes/lesões do ambiente de trabalho) devem ser compensados como um dia inteiro. Para mais informações, consulte a Orientação.</p>
	<p>2.3.3 Número máximo de horas trabalhadas</p>	<p>Usina Agricultura</p>	<p>60 Hrs / semana</p>	<p>INDICADOR PRINCIPAL Aplica-se a todos os trabalhadores nas dependências da usina e fazendas incluídos na unidade de certificação. O operador garantirá que os trabalhadores não trabalhem mais de 60 horas por semana. Caso a legislação local permita mais horas trabalhadas, há uma implantação de dois anos para esse indicador a partir da certificação inicial. Cada trabalhador deve ter pelo menos 1 dia de descanso a cada 7 dias. <i>Para mais informações, consulte a Orientação.</i></p>
	<p>2.3.4 As horas extras são</p>	<p>Usina Agricultura</p>	<p>> 50%</p>	<p>INDICADOR PRINCIPAL</p>

	pagas em um valor maior ou igualmente compensadas			<p>Aplica-se a todos os trabalhadores nas dependências da usina e às fazendas incluídas na unidade de certificação.</p> <p>Horas extras (sejam definidas internamente, caso isso esteja em alinhamento com as leis nacionais, ou pela legislação nacional) serão voluntárias. O total de horas extras não excederá o nível estabelecido pela legislação nacional.</p> <p><i>Para mais informações, consulte a Orientação.</i></p> <p>Orientação Incluir equivalentes de horas extras e valores justos e referências quanto à Convenção da OIT 1, Convenção da OIT 110, OIT C131 - Convenção de Fixação do Salário Mínimo, e OIT, Guia de Política do Salário Mínimo</p>
	2.3.5 Movimento para fechar a lacuna do salário mínimo para o sustento	Usina Ag	10%	<p>Aplica-se a todos os trabalhadores nas dependências da usina e às fazendas incluídas na unidade de certificação.</p> <p>A sociedade deve identificar a lacuna entre o Salário Mínimo para o Sustento e o salário de seus empregados e tem um plano de ação para fechar a lacuna em 10% por cada auditoria de recertificação da Bonsucro. A Bonsucro fornecerá os dados de parâmetro de salário mínimo para o sustento aplicável que serão usados para aferir a lacuna do salário mínimo para o sustento.</p> <p><i>Para mais informações, consulte a Orientação.</i></p> <p>Orientação Aplica-se a todos os trabalhadores nas dependências das fazendas ou usina incluídos na unidade de certificação. Salário mínimo para o sustento/decente conforme definido pela metodologia de parâmetro escolhida. Os trabalhadores pagos por produção receberão o salário mínimo para o sustento/decente requerido (de acordo com a saída padrão, um cálculo para trabalhadores pagos por produção com base em quotas alcançáveis durante o horário normal de trabalho). Todos os benefícios serão pagos. Contracheques e registros serão fornecidos. O pagamento do salário se dará em alinhamento com a Convenção da OIT Nº 95 e 110. Na ausência de registros, os salários podem ser demonstrados através de entrevista.</p>
2.4 Denúncias de Trabalhadores, Diálogo e Acesso a Tutela	2.4.1 - O mecanismo de denúncia para trabalhadores está em vigor	Usina Agricultura	Sim	<p>INDICADOR PRINCIPAL</p> <p>Aplica-se a todos os trabalhadores nas dependências da usina e às fazendas incluídas na unidade de certificação.</p> <p>Para garantir que os trabalhadores tenham acesso a processos que tratam de seus impactos, o operador deve ter em vigor um mecanismo de denúncia mutuamente acordado e documentado que atenda às expectativas expressas nos Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos da ONU: Legítimo, Acessível, Previsível, Equitativo,</p>

				<p>Transparente, Compatível com Direitos, uma fonte de aprendizado contínuo baseado na participação dos interessados. Na prática, ele atende ao seguinte:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Garante o anonimato de reclamantes, caso solicitado por reclamantes, os protegendo contra o risco de represália ou intimidação. Também garante as regras de confidencialidade estabelecidas pela sociedade. • Procedimentos estão em vigor para garantir que o sistema seja devidamente comunicado e entendido pelas partes afetadas, inclusive por partes analfabetas ou trabalhadores cuja língua nativa não seja a língua da operação. • Os operadores mantêm as partes de uma denúncia informadas sobre o seu progresso, cronograma e resultados. • O sistema permite que os reclamantes escolham pessoas ou grupos para apoiá-los e/ou atuar como observadores. <p>O indicador abrangerá a área de suprimento inteira, centralizado na operação sem requerer processos separados de denúncia para fazendas individuais (denúncias contra fazendas podem ser apresentadas ao operador). <i>Para mais informações, consulte a Orientação.</i></p> <p>Orientação Um registro de denúncias é publicado anualmente, resumindo todas as reclamações apresentadas pela operação (anonimizando reclamantes e reclamados conforme apropriado), identificando estratégias para expandir o acesso/aceitação quanto ao mecanismo de denúncia, e descrevendo intervenções planejadas para lidar com possíveis causas de reclamações existentes de modo sistemático</p>
	2.4.2 - O diálogo social demonstra a abordagem colaborativa para lidar com trabalhadores / melhoramento das condições de trabalho	Usina Agricultura	Sim	<p>Aplica-se a todos os trabalhadores nas dependências da usina e às fazendas incluídas na unidade de certificação. O operador conduzirá diálogos regulares com trabalhadores diretos e indiretos para promover o aperfeiçoamento contínuo das condições de trabalho e/ou negociarão coletivamente. Para mais informações, consulte a Orientação.</p> <p>ORIENTAÇÃO Isso será feito pela criação, facilitação ou aperfeiçoamento do acesso formal e informal à participação de trabalhadores e/ou seus representantes em comitês de saúde e segurança, comitês de salários, comitês de denúncia ou outros tipos de espaços de diálogo social.</p>

PRINCÍPIO 3 - GERENCIAR A ENTRADA, PRODUÇÃO E PROCESSAMENTO DE EFICIÊNCIAS PARA MELHORAR A SUSTENTABILIDADE

CRITÉRIO	INDICADOR	Escopo	Padrão	NOTES
3.1 Monitorar a eficiência de produção e processo; medir os impactos de produção e processamento de modo que aperfeiçoamentos sejam feitos ao longo do tempo	3.1.1 Rendimento da produção	Agricultura	Tc/ha Dependência da zona climática	Maximizar o rendimento considerando as condições climáticas em que a cana é cultivada. Zonas climáticas são determinadas de acordo com as coordenadas de GPS da usina coletor. <i>Para mais informações, consulte a Orientação.</i>
	3.1.2 Teor de açúcar da cana recuperável teórico	Usina Agricultura	> 10%	Com base na recuperação teórica normalizada por pureza do caldo e teor de fibra de cana. <i>Para mais informações, consulte a Orientação.</i>
	3.1.3 Teor total de açúcares fermentáveis da cana, expresso como invertido (TSAI)	Usina Agricultura	> 120Kg/t cana	Usado se etanol é produzido, por si só ou em conjunto com a produção de açúcar. Com base em uma utilização de 90,5% de Açúcares Totais Como Invertidos (TSAI). <i>Para mais informações, consulte a Orientação.</i>
	3.1.4 Eficiência das operações de colheita	Usina Agricultura	< 16 para colheita por máquina < 24 colheita verde manual < 48 colheita de cana queimada	Isso mede o tempo médio de colheita (ou queima) da cana até a sua moagem pelo usina (também conhecido como “kill to mill time”). Para a cana queimada, é o tempo desde quando o campo é queimado antes da colheita até que a cana seja moída. <i>Para mais informações, consulte a Orientação.</i> Orientação: A colheita é calculada para toda a colheita organizada pelo usina, além da unidade de certificação.

	3.1.5 Eficiência de tempo geral da usina	Usina	> 75 % Tempo de processamento como uma porcentagem do tempo total de moagem	Tempo de processamento como uma porcentagem do tempo total de moagem. Qualquer parada, incluindo atividades de manutenção ou falha no fornecimento de energia, deve ser contada com exceção de paradas devidas exclusivamente a chuvas. <i>Para mais informações, consulte a Orientação.</i>
	3.1.6 Índice de Desempenho de Fábrica	Usina	> 90%	Usado em caso de açúcar e etanol, apenas se produzidos a partir do melaço final e no mesmo usina. % de recuperação real de açúcar % de recuperação teórica de açúcar da cana. <i>Para mais informações, consulte a Orientação.</i>
	3.1.7 Eficiência Industrial	Usina	> 75%	Usado apenas em caso de etanol ou produção de açúcar e etanol a partir de qualquer coisa além do melaço final o mesmo usina. É a proporção expressa como uma % da soma de produtos equivalentes de TSAI (açúcar, etanol, levedura e melaço) em relação ao TSAI da cana. <i>Para mais informações, consulte a Orientação.</i>
3.2 Monitorar emissões de gases de efeito estufa visando minimizar os impactos sobre a mudança do clima	3.2.1 Plano de resiliência e adaptação de mudança climática	Usina Agricultura	Sim	O operador identificará impactos quanto à mudança climática e avaliará onde esses impactos afetará negativamente as operações, definindo ações para mitigar o efeito da mudança do clima e reduzir as emissões de GEE ao longo do tempo. <i>Para mais informações, consulte a Orientação.</i>
	3.2.2 Emissões de GEE líquidas por tonelada de cana	Agricultura	< 40 Kg CO ₂ eq/t cana	Estima as emissões de atividades de agricultura. O resultado também é usado no cálculo do total de emissões campo-para-portão. <i>Para mais informações, consulte a Orientação.</i>
	3.2.3 Emissões de GEE líquidas por tonelada de açúcar	Usina Agricultura	Total < 0,4 t CO ₂ eq/t açúcar	Usado apenas caso açúcar seja produzido. Emissões campo-para-portão. A Carga Ambiental é equivalente a dióxido de carbono t. <i>Para mais informações, consulte a Orientação.</i>
	3.2.4 Emissões de GEE líquidas por MJ de etanol	Usina Agricultura	Total < 24 g CO ₂ eq/ MJ combustível	Usado caso etanol seja produzido. A Carga Ambiental é equivalente a dióxido de carbono g. <i>Para mais informações, consulte a Orientação.</i>

	3.2.5 Uso de Energia Primário Líquido Total por kg de produto	Usina	Total < 3000 KJ/kg	Entradas de energia direta e indireta <i>Para mais informações, consulte a Orientação.</i>
	3.2.6 Energia usada no transporte de cana por tonelada de cana transportada	Usina	< 50 MJ/t cana	Entradas de energia direta e indireta <i>Para mais informações, consulte a Orientação.</i>
	3.2.7 Uso de energia primária por tonelada de cana-de-açúcar	Agricultura	< 300 MJ/t cana	Entradas de energia direta e indireta <i>Para mais informações, consulte a Orientação.</i>
	3.2.8 Retorno de Energia sobre o Investimento	Usina	< 9 Saída de Energia / Entrada de Energia	Calcula o total de energia necessário para promover um MJ de energia, aplica-se apenas à produção de etanol. <i>Para mais informações, consulte a Orientação.</i>

PRINCÍPIO 4 - GERENCIAR ATIVAMENTE A SERVIÇOS DE ECOSSISTEMA E BIODIVERSIDADE

CRITÉRIO	INDICADOR	Escopo	Padrão	NOTES
4.1 Proteger e reabilitar serviços de ecossistema e biodiversidade, e ACVs são mantidos e aprimorados em fazendas e ao redor das mesmas	4.1.1 – Mapear serviços de ecossistema e biodiversidade em áreas de fazendas e ao redor das mesmas, e desenvolver um Plano de Gerenciamento de Biodiversidade (BMP)	Agricultura	sim	<p>INDICADOR PRINCIPAL</p> <p>O operador mapeará os serviços de ecossistema e recursos de biodiversidade áreas plantadas e ao redor das mesmas em que há produção de cana e que tal produção afeta.</p> <p>O mapeamento deve abranger a área de suprimento inteira, centralizado na operação sob certificação, sem exigir processos de mapeamento separados para fazendas individuais.</p> <p>O BMP considerará ameaças e impactos que a produção de cana e o usina tenham sobre serviços de ecossistema e biodiversidade, identificando medidas de mitigação e restauração que devam ser tomadas.</p> <p><i>Para mais informações, consulte a Orientação.</i></p> <p>Orientação: Biodiversidade: espécies raras, ameaçadas ou sob riscos, e habitats e corredores de habitats; áreas protegidas pela legislação, trechos de vegetação natural e ecossistemas naturais incluindo bosques, florestas, pântanos e prados/zonas de pasto. Serviços de ecossistema: áreas ripárias, para-brisas naturais, zonas tampão vegetativas, controle de enchentes, áreas de filtragem.</p>
	4.1.2 Manter e aprimorar serviços de ecossistema e biodiversidade e serviços em áreas de fazendas e ao redor das mesmas	Agricultura	sim	<p>O operador implementará e manterá o Plano de Gerenciamento de Biodiversidade, para manter e aprimorar ou restaurar progressivamente os serviços de ecossistema/biodiversidade</p> <p><i>Para mais informações, consulte a Orientação.</i></p> <p>Orientação: Incluindo, entre outros: limitar o uso de agroquímicos, proteger ecossistemas essenciais, garantir a conectividade de habitats, restauração de ecossistemas aquáticos e zonas tampão ripárias, restauração de áreas cultivadas de produtividade marginal para ecossistemas naturais, incorporação de árvores nativas como plantações limítrofes e barreiras ao redor de alojamentos e infraestrutura, cercas vivas, árvores de sombra e sistemas agroflorestais permanentes.</p>

	4.1.3 Porcentagem de áreas de ecossistemas naturais definidos a nível internacional ou nacional como legalmente protegidos convertidas em cana-de-açúcar a partir de 01 de janeiro de 2008	Agricultur a	0%	<p>INDICADOR PRINCIPAL O operador realizará uma análise de mudança de uso de terra histórica da unidade de certificação a fim de determine se a terra convertida para cana-de-açúcar a partir de 01 de janeiro de 2008 danificou ecossistemas naturais definidos internacionalmente ou nacionalmente como legalmente protegidas.</p> <p>Para mais informações, consulte a Orientação.</p>
	4.1.4 – Áreas de Alto Valor de Conservação são mantidas e aprimoradas	Agricultur a	100%	<p>INDICADOR PRINCIPAL Para áreas atualmente cultivadas, o operador deve realizar a “avaliação de risco de ACV da Bonsucro” e desenvolver e implementar os planos de gerenciamento e medidas de mitigação de ACV resultantes cabíveis. Isso abrangerá a área de suprimento inteira, centralizado na operação sob certificação sem exigir processos de mapeamento separados para fazendas individuais. <i>Para mais informações, consulte a Orientação.</i></p>
	4.1. 5 – A expansão futura é realizada em áreas não ACV ao longo de toda a área de suprimento	Usina Agricultur a	Sim	<p>INDICADOR PRINCIPAL Nenhuma expansão em ecossistemas naturais ou em áreas definidas como ACVs. Para expansão em áreas virgens ou novos projetos de cana-de-açúcar, o operador deve realizar a “Avaliação de Risco de ACV da Bonsucro para expansão” para as áreas planejadas e implementar os procedimentos da Avaliação de Risco de ACV. Isso abrangerá a área de suprimento inteira, centralizado na operação sob certificação sem exigir processos de mapeamento separados para fazendas individuais. <i>Para mais informações, consulte a Orientação.</i></p>
	4.1.6 Porcentagem de expansão em áreas virgens ou novos projetos de	Usina Agricultur a	100%	<p>INDICADOR PRINCIPAL Aplicável a grandes alterações na operação ou expansões de campo (> 5% da área de suprimento total ou 1000 ha, o que for menor) ou estabelecimento de novas operações de açúcar - as alterações serão abrangidas por ESIA. Para mais informações, consulte a Orientação.</p> <p>Orientação:</p>

	cana-de-açúcar abrangidos por ESIA			Um processo de ESIA começará antes da fase de formulação de um projeto, com foco em questões significativas e identificação de interessados para envolvê-los, considerar impactos sobre pessoas com consideração especial pelas pessoas vulneráveis, e fornecer informações sobre possíveis alternativas ou medidas apropriadas de mitigação. As decisões se darão com base em contato significativo com interessados afetados (como definido pela OCDE), monitoradas e avaliadas. O operador envolverá terceiros especialistas independentes. Um ESIA retrospectivo deve ser realizado em projetos de expansões que tenham ocorrido dentro de 12 meses antes da certificação inicial.
4.2 Plano de Gerenciamento do Solo em vigor para evitar erosão e manter e aperfeiçoar a saúde do solo	4.2.1 - Mapeamento de solos e/ou unidades de gerenciamento do solo da fazenda	Agricultura	Sim	<p>INDICADOR PRINCIPAL</p> <p>O operador deve desenvolver um Plano de Gerenciamento do Solo (SMP) para garantir a prevenção de degradação do solo e erosão da fazenda. Isso será feito pelo mapeamento dos limites do campo pelo operador e seu tipo de solo ou unidade de gerenciamento do solo. Deve-se incentivar a retenção de resíduos de culturas e lavoura mínima.</p> <p><i>Para informações adicionais, consulte a orientação</i></p> <p>Orientação: O SMP deve destacar:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Tipos de solo e unidades de gerenciamento definidas. • A identificação das limitações do solo e condições de limitação da cultura, tais como a profundidade possível de raízes (ou a existência de problemas de compactação), áreas sódicas e salinas que requeiram melhoramento, teor de pedras do solo e material principal do solo. • Topografia, incluindo a inclinação máxima sobre a qual é seguro cultivar cana-de-açúcar
	4.2.2 - Saúde do solo aperfeiçoada e mantida	Agricultura	80% de campos	<p>O Plano de Gerenciamento do Solo deve estabelecer objetivos que incluam, entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Garantir a cobertura do solo contínua (seja por pontas e folhas após a colheita, culturas de cobertura, adubos verdes, etc.), • Adotar práticas que minimizem interferência ampla no solo (lavoura mínima, tráfego controlado, etc.) e maximizem o potencial da cana para atuar como um dreno de carbono, e • Garantir a cobertura de áreas não cultivadas/lavradas (beiras, cursos d'água, agricultura de contorno, etc.) com contornos e cursos d'água devidamente projetados. • Identificação e remediação de condições de solo desfavoráveis e de limitação do cultivo de culturas. <p><i>Para informações adicionais, consulte a orientação</i></p> <p>Orientação:</p>

				O Plano de Gerenciamento do Solo deve refletir com exatidão todos os campos, considerando parâmetros como uniformidade do solo e tamanho de fazenda
	4.2.3 – Saúde do solo, conforme determinado por carbono lábil, pH, acidez e carga de sal a serem medidos e registrados	Agricultura	Sim para cada	Com base no Plano de Gerenciamento do Solo, o operador medirá os níveis de: <ul style="list-style-type: none"> • Carbono lábil e relatar o carbono lábil medido por tipo de solo, época do ano e prática de gerenciamento. • A condição de pH, acidez e/ou salinidade/sodicidade deve ser medida por campo. <i>Para informações adicionais, consulte a orientação</i>
	4.2.4 Práticas que minimizem e controlem a erosão e a degradação dos solos	Agricultura	80% de campos	Garantir que não há erosão ou degradação ocorrendo nos campos de cana-de-açúcar, o Plano de Gerenciamento do Solo deve considerar e implementar, se relevante, entre outros: <ul style="list-style-type: none"> • Cumprimento dos regulamentos relevantes voltados à limitação da erosão do solo • Orientação sobre plantio de contorno • Uso de terraços ou plantio em faixas • Uso de lavoura mínima ou de conservação • Uso de cobertura vegetal/detrimento • Uso de culturas de cobertura ou adubos verdes • Aplicação e retenção de matéria orgânica • Uso de quebra-ventos • Uso de faixas de tampão (para reduzir o fluxo de água) • Instalação de medidas de drenagem e controle de fluxo de água para evitar alagamento • Evitar o uso de máquinas em solo úmido • Uso de máquinas com alcance estendido ou pneus de afastamento pressão • Limites quanto ao peso das máquinas • Uso de rotas permanentes de veículos (tráfego controlado) • Análise da água de irrigação para verificar a possível carga salina que pode levar a salinidade e sodicidade Garantir o devido planejamento e monitoramento de irrigação e remediação de cargas salinas excessivas devido à irrigação. Ações corretivas devem ser realizadas sempre que os solos forem danificados por erosão, compactação ou perda de matéria orgânica. <i>Para informações adicionais, consulte a orientação</i>

	4.2.5 - A queima de pontas e folhas de cana-de-açúcar após a colheita é prevenida	Agricultura	0 ha	Sem queima de cobertura vegetal após a colheita, exceto caso isso seja necessário para cultivo do campo para replantio. Caso a cana-de-açúcar seja queimada antes da colheita, isso deve ser feito apenas com queima a frio. As pontas devem ser mantidas e espalhadas uniformemente. <i>Para mais informações, consulte a Orientação.</i>
	4.2.6 - Proporção de fertilizante N P K aplicado em relação a fertilizante N P K recomendado por análise de solo ou folha	Agricultura	< 1,05 para cada nutriente Proporção aplicado em relação a recomendação do	<p>INDICADOR PRINCIPAL</p> <p>Fertilizante aplicado de acordo com a análise de solo ou folha (teor de N P K). O operador deve ter um plano de amostragem baseado no Plano de Gerenciamento do Solo que reflita com exatidão todos os campos, considerando parâmetros como uniformidade do solo e tamanho da fazenda. O teste do solo deve determinar os níveis de:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Macronutrientes (Nitrogênio, Fósforo e Potássio) • Teor de carbono orgânico • PH e acidez do solo • Textura (proporções de areia, sedimento, lama) <p>A recomendação de fertilizante será feita de acordo com as melhores práticas reconhecidas da indústria local, e para incluir a aplicação de fertilizante químico e orgânico. <i>Para mais informações, consulte a Orientação.</i></p> <p>Orientação: A amostragem do solo deve ser feita antes da temporada de cultivo, com amostras tomadas de modo representativo para garantir que a análise reflita as condições com exatidão. Testes de solos selecionados devem ser realizados pelo menos a cada cinco anos nos mesmos campos para avaliar qualquer possível impacto a longo prazo sobre a fertilidade do solo a partir da produção de açúcar. Deve-se seguir a mesma metodologia/protocolo de amostragem de um evento de amostragem para o próximo.</p> <p>O operador deve garantir que os requisitos de nutrientes de culturas sejam usados para desenvolver o programa de nutrição de cultura para condições locais para alcançar o rendimento e a qualidade de produção ideais.</p> <p>A quantidade de nitrogênio, potássio e fósforo aplicada através de fertilizantes em uma temporada deve ser determinada pelo fornecimento de nutrientes de cultura real e alvo, considerando todas as fontes de nutrientes já disponíveis à cultura. Isso deve incluir:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Nutrientes inerentes ao solo ▪ Nutrientes derivados de aplicações anteriores de fertilizante (incluindo adubo) ▪ Nutrientes derivados de resíduos de colheita ▪ Nutrientes fornecidos por outras culturas, como legumes, adubos verdes e culturas de cobertura, barro de usina e cinza de usina

				O fertilizante deve ser de um tipo apropriado aplicado na devida proporção, tempo e colocação para uso ideal da cultura.
	4.2.7 - Porcentagem de campos com amostras que mostrem análises dentro de limites aceitáveis de acidez ou corrigidos	Agricultura	> 80%	Garantir a manutenção de um pH ideal do solo. A amostragem deve ser realizada pelo menos uma vez por ciclo de cultura, idealmente no replantio. Embora a faixa de pH (CaCl ₂) aceitável seja entre 5,0 e 8,0, solos com pH que não estejam em níveis ideais serão corrigidos com base em análises do solo para determinar a acidez do solo e a quantidade de material de calagem necessário para melhoramento usando as melhores práticas da indústria. Registros devem ser mantidos. Não é necessário testar novamente o solo após as correções serem aplicadas, caso essas se baseiem na amostragem de solo inicial e as recomendações sejam aplicadas. A retestagem deve ser feita pelo menos a cada 5 anos. <i>Para mais informações, consulte a Orientação</i>
4.3 - Plano de Gestão de Água em vigor	4.3.1 – Mapeamento dos recursos hídricos e áreas de captação e definição de objetivos para administração de água	Usina Agricul-tur-a	100%	INDICADOR PRINCIPAL O operador desenvolverá um Plano de Gestão de Água (WSP) com ações alcançáveis, responsabilidades acordadas, cronogramas e recursos alocados. O WSP deve refletir o aperfeiçoamento contínuo e os princípios de aprendizado organizacional. Isso incluirá pelo menos o seguinte: <ul style="list-style-type: none"> • Mapear todos os recursos hídricos (incluindo áreas de captação) e definir seu nível de disponibilidade (escassez de água) • Mapear outros usuários de água que utilizem áreas de captação mapeadas (dependendo do nível de complexidade, isso pode ser agregado por categorias de usuários, tais como autoridades locais que forneçam água, outras culturas, mineração, etc.) • Mapear iniciativas locais de água e listar organizações envolvidas em gerenciamento de água Isso abrangerá a área de suprimento inteira, centralizado na operação sob certificação sem exigir processos de mapeamento separados para fazendas individuais. <i>Para informações adicionais, consulte a orientação</i>
	4.3.2 Realização de mapeamento de títulos e reivindicações de terra/água	Usina Agricul-tur-a	Sim	O operador demonstrará direitos legais e consuetudinários sobre terra e água sempre que aplicável. O operador também mapeará os documentos necessários para demonstrar direitos legais e consuetudinários sobre terra e água na área de suprimento fora da unidade de certificação. O operador deve ter um sistema em vigor para acompanhar a observância pelo fornecedor dos documentos alegados e incentivar a observância. O operador efetuará um mapeamento físico de reivindicações sobre terra e água e articulará como as reivindicações devem ser tratadas em alinhamento com processos estabelecidos na Orientação.

				<p>O mapeamento de reivindicações abrangerá a área de suprimento inteira da pessoa jurídica certificada. Caso os direitos sobre a terra tenham sido renunciados em benefício do operador, o operador demonstrará que a decisão foi tomada por meio de Consentimento Livre, Prévio e Informado e negociada.</p> <p><i>Para mais informações, consulte a Orientação.</i></p> <p>Orientação: A propriedade legal será a titularidade oficial no país ou equivalente (por exemplo, tabelião, agência governamental ou outros). Direitos sobre a água refere-se ao direito de extrair e usar água, incluindo limites sobre a quantidade extraída. Direitos consuetudinários podem ser evidenciados de outras maneiras por um órgão legal ou consuetudinário local. A orientação de direitos consuetudinários é fornecida nas Convenções 169 e 117 da OIT.</p>
	4.3.3 – Ação colaborativa para promover o uso sustentável da água	Usina Agriculturna	Sim	<p>Em caso de escassez de recursos hídricos, o operador documentará seu envolvimento em ações coletivas e de colaboração para promover o uso sustentável da água e a participação com outros usuários de água, o governo e a sociedade civil no planejamento e gerenciamento de captura de água ou aquíferos, inclusive em como alocar a água de forma igualitária e sem conflitos</p> <p><i>Para mais informações, consulte a Orientação.</i></p>
	4.3.4 Quantidade líquida de água consumida por massa unitária de produto	Usina	<p>< 20 para açúcar apenas ou < 30 para etanol</p> <p>Kg de água/kg de produto em massa</p>	<p>Água consumida no usina = água usada menos água devolvida ao meio-ambiente. Caso efluentes sejam exportados pelo usina para os campos para irrigação, o usina contabilizará isso como água devolvida ao meio-ambiente.</p> <p><i>Para mais informações, consulte a Orientação.</i></p>
	4.3.5 – Produtividade de Irrigação da Água -	Agricultura	<p>$\geq 66 + 0,05 \times$ Precipitação (kg/ha)/mm</p>	<p>Garantir que a água irrigada seja usada de forma eficiente. Se baseia em uma medição direta de todas as águas aplicadas nos campos (incluindo águas extraídas, águas recicladas, vinhaça diluída e efluentes diluídos) e precipitação.</p> <p><i>Para mais informações, consulte a Orientação.</i></p> <p>Orientação: Uma equação que poderia ser usada em uma calculadora: $WP = 66 + 0,05 \times$ Chuva A precipitação é expressa em mm</p>

	4.3.6 - Oxigênio dissolvido em ponto de efluente	Usina	≥ 2,5 PPM Ou 1 Kg COD / T produto 0,25 kg/T BOD	O oxigênio dissolvido é um indicador da quantidade de oxigênio disponível no recebimento de corrente para suporte vital. A amostragem deve ser realizada no ponto de descarga. Para mais informações, consulte a Orientação.
4.4 - Planos Agroecológicos de Gerenciamento de Pragas, Doenças e Ervas Daninhas em vigor	4.4.1 – Identificação e monitoramento de pragas e doenças atuais, históricas e potenciais	Agricultura	80% de área	<p>INDICADOR PRINCIPAL</p> <p>O operador identificará pragas atuais, históricas e potenciais, incluindo ervas daninhas que afetem os campos, definindo, para cada um, o limite para quando o controle de pragas se tornar necessário. Isso será realizado através de monitoramento de campo.</p> <p>O operador conduzirá monitoramento de campo de saúde de plantas, pragas e organismos benéficos.</p> <p>O plano abrangerá a área de suprimento inteira, centralizado na operação sob certificação sem exigir processos de identificação separados para fazendas individuais.</p> <p>Para mais informações, consulte a Orientação.</p> <p>Orientação: Isso deve visar particularmente novas plantações, novas áreas de cana-de-açúcar para impedir quaisquer surtos populacionais, ou disseminação de doença. Informação centralizada na operação sob certificação sem exigir processos separados de identificação para fazendas individuais.</p>
	4.4.2 - Práticas agroecológicas implementadas de gerenciamento de pragas e doenças	Agricultura	80% de área	<p>O operador desenvolverá um Plano Agroecológico de Gerenciamento de Pragas e Doenças (APeDM) e implementará as melhores práticas agroecológicas contra pragas para impedir o acúmulo de populações de pragas nocivas e minimizar a perda econômica. Esses incluem, sem limitação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Uso de variedades mais resistentes de cana-de-açúcar e sementes de cana limpas como fonte de plantio • Implemento de controle biológico sempre que possível • Promoção de biocontrole de conservação para preservar inimigos naturais • Incentivo ao uso de culturas de cobertura ou enleiramento • Incentivar a presença de vegetação natural ao redor de campos de cana-de-açúcar, particularmente flores que atraiam inimigos naturais de pragas <p>Para mais informações, consulte a Orientação.</p>
	4.4.3 - Plano de Gerenciamento de Ervas Daninhas Integrado	Agricultura	80% de área abrangida	<p>O operador desenvolverá um Plano de Gerenciamento de Ervas Daninhas Integrado (IWMP) que define o limite para quando o controle químico de ervas daninhas se tornar necessário, e considera o seguinte, entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none"> • O uso de produtos químicos (especialmente aqueles com atividade de espectro amplo) deve ser visto como último recurso

				<ul style="list-style-type: none"> • Prática de higiene de campo impedindo-se a disseminação de sementes maduras ou estolhos • Adoção de práticas de campo que minimizam o risco de alagamento e aeramento reduzido do solo (por exemplo, tráfego controlado, inclusão de matéria orgânica, drenagem adequada), visto que condições anóxicas do solo levam a degradação microbiana reduzida de alguns herbicidas e ao aumento de atividade residual. • Pousio com adubo verde • Certas operações de lavoura, por exemplo, grade de discos a ser incorporada caso possam ser um componente valioso de IWM. <p><i>Para mais informações, consulte a Orientação.</i></p>
4.4.4 - Agroquímicos aplicados por hectare por ano	Agricultura	< 5 kg ingredientes ativos/ha/ano	INDICADOR PRINCIPAL Para minimizar a contaminação por ar, solo e água, particularmente impactos fora do local. As quantidades de ingredientes ativos de agroprodutos químicos (incluindo pesticidas, herbicidas, inseticidas, fungicidas, nematicidas, maturadores) aplicados. Observe também o requisito de uso apenas de produtos registrados para uso e em proporções registradas. Use em conformidade com as instruções do rótulo.	<p>Para mais informações, consulte a Orientação.</p>
4.4.5 - Agroquímicos banidos aplicados por hectare por ano	Agricultura	0 kg ingredientes ativos/ha/ano	INDICADOR PRINCIPAL Quantidades de ingredientes ativos de agroprodutos químicos incluídos em:	<ul style="list-style-type: none"> A. Formulações pesticidas que atendem aos critérios de classes Ia (extremamente perigoso) ou Ib (altamente perigoso) da Classificação Recomendada de Pesticidas por Perigo da OMS; B. Ingredientes ativos de pesticidas e suas formulações que atendem aos critérios de carcinogenicidade Categorias 1A e 1B do Sistema Globalmente Harmonizado de Classificação e Rotulagem de Produtos Químicos (GHS); C. Ingredientes ativos de pesticidas e suas formulações que atendem aos critérios de mutagenicidade Categorias 1A e 1B do Sistema Globalmente Harmonizado de Classificação e Rotulagem de Produtos Químicos (GHS); D. Ingredientes ativos de pesticidas e suas formulações que atendem aos critérios de toxicidade reprodutiva Categorias 1A e 1B do Sistema Globalmente Harmonizado de Classificação e Rotulagem de Produtos Químicos; E. Ingredientes ativos de pesticidas listados pela Convenção de Estocolmo em seus Anexos A e B, e aqueles que atendem a todos os critérios no parágrafo 1 do Anexo D da Convenção; F. Ingredientes ativos de pesticidas e formulações listadas pela Convenção de Roterdã em seu Anexo III; G. Pesticidas listados no Protocolo de Montreal;

				<p><i>Para mais informações, consulte a Orientação.</i></p> <p><i>Orientação:</i> Em casos nos quais não há alternativas não proibidas legalmente registradas para uso, a pesquisa deve ser realizada e documentada para determinar isso, considerando que controles químicos ou não químicos alternativos podem ser usados. Se essa pesquisa confirmar que nenhuma alternativa química ou não química que não seja proibida está disponível, o uso de um produto agroquímico proibido é tolerado. Nesses casos, planos de gerenciamento de risco devem ser atualizados para controlar os riscos decorrentes da aplicação de um produto químico potencialmente perigoso, bem como um plano de descontinuação ou eliminação do uso de agroquímicos proibidos.</p>
4.5 - Garantir que produtos químicos e materiais perigosos não afetem negativamente serviços de ecossistema e biodiversidade	4.5.1 - Gerenciamento de armazenamento e tratamento de instalações para produtos químicos de fazenda, combustível, lubrificantes, materiais perigosos para impedir a poluição	Usina Agricultura	<u>100%</u>	<p>INDICADOR PRINCIPAL</p> <p>Produtos agroquímicos e outros produtos químicos são armazenados com segurança, o acesso é restringido aos usuários únicos, a área de armazenamento é ventilada e permite o gerenciamento de vazamentos (tais como uma bacia de retenção, etc.)</p> <p>O operador deve garantir que produtos agroquímicos e fertilizantes sejam armazenados com segurança em suas fazendas de suprimento e de modo que impeçam o acesso não autorizado e proteja o meio-ambiente em caso de vazamento.</p> <p><i>Para mais informações, consulte a Orientação.</i></p>

PRINCÍPIO 5 - MELHORAR CONTINUAMENTE OUTRAS ÁREAS CHAVE DAS ATIVIDADES

CRITÉRIO	INDICADOR	Escopo	Padrão	NOTES
5.1 Promover sustentabilidade econômica e social	5.1.1 Plano de pesquisa e extensão em vigor	Usina Agricultura	Sim	O operador deve ter em vigor um plano de pesquisa que abrange inovação e pesquisa, aperfeiçoamento contínuo e biossegurança. <i>Para mais informações, consulte a Orientação.</i> Orientação: A inovação deve ser centralizada e coordenada, abrangendo planos de continuidade empresarial e protocolos de resposta para emergências (incluindo emergências de saúde, desastres ambientais e outros)
	5.1.2 Valor acrescido por tonelada de cana	Usina Agricultura	Usina > 14; \$/t cana Agric. > 10 \$/t cana	Valor acrescido pela operação é o valor de vendas, menos o preço de produtos, matérias-primas (incluindo energia) e serviços comprados. <i>Para mais informações, consulte a Orientação.</i>
	5.1.3 Planos de Gerenciamento de impacto ambiental e social atualizados bianualmente	Usina Agricultura	Sim	Planos de Gerenciamento ambiental e social atualizado a cada dois anos, documentando claramente como os riscos identificados previamente são gerenciados. <i>Para mais informações, consulte a Orientação.</i>
	5.1.4 Conclusões de análise de contexto empresarial abordadas continuamente dentro de um prazo determinado	Usina Agricultura	90%	Processos de auditoria interna e externa demonstram que aperfeiçoamentos de sistemas estão em andamento; Registros de denúncias de interessados, trabalhadores e clientes demonstram o gerenciamento contínuo de relacionamentos com trabalhadores, comunidades e clientes; Dados de monitoramento ambiental, social, de qualidade e produtividade demonstram o aperfeiçoamento contínuo. <i>Para mais informações, consulte a Orientação.</i>
5.2 Reduzir emissões e efluentes. Promover a	5.2.1 A qualidade do ar ambiente se alinha com a orientação da OMS	Usina	40 µg/m ³ PM ₁₀ 40 µg/m ³ NO _x 20 µg/m ³ SO _x	Esses valores são para ar ambiente (não emissões de pilhas) como uma média de 24hr para PM e SO ₂ , e como uma média anual para NO ₂ <i>Para mais informações, consulte a Orientação.</i>

reciclagem de categorias de resíduos, caso prático	5.2.2 Plano de resíduos que não são de produção para reciclagem ou descarte seguro	Usina Agricultura	Sim	O operador terá um plano e implementará um programa de reciclagem/reutilização/descarte ou armazenamento seguro e responsável (caso outras opções não estejam disponíveis) para todas as seguintes categorias: fibra, metal, plástico, óleo e lubrificantes, baterias e produtos químicos, borracha, madeira, resíduos perigosos, vidro e eletrônicos. <i>Para mais informações, consulte a Orientação.</i>
5.3 Treinar empregados e outros trabalhadores em todas as áreas de seu trabalho e desenvolver suas habilidades gerais	5.3.1 Tempo despendido por trabalhadores em sessões de treinamento vocacional	Usina Agricultura	16 horas por ano	Os operadores fornecerão a todos os trabalhadores 16 horas de treinamento vocacional e/ou de habilidades ocupacionais. Os dias de treinamento serão divididos entre trabalhadores básicos, gerenciamento intermediário e gerenciamento superior. <i>Para mais informações, consulte a Orientação.</i>
	5.3.2 - Treinamento vocacional para todos os trabalhadores deslocados pela mecanização.	Usina Agricultura	16 horas por ano	Caso planos de mecanização desloquem trabalhadores permanentes e sazonais, treinamento vocacional é fornecido para certificar trabalhadores em campos de trabalho. Certificações de treinamento podem ser desenvolvidas colaboração com instituições educacionais, agências governamentais, ONGs internacionais, bancos de desenvolvimento e outros parceiros para fornecer certificação legítima de aquisição de habilidades. <i>Para mais informações, consulte a Orientação.</i>
5.4 Melhoria contínua do bem-estar do trabalhador	5.4.1 - A saúde e a segurança ocupacionais são promovidas em toda a área de suprimento de cana.	Área de suprimento integral	Sim	O operador promoverá um ambiente de trabalho seguro em sua base de suprimento de cana-de-açúcar. <i>Para mais informações, consulte a Orientação.</i> Orientação: Isso será feito através da identificação de lacunas, da promoção da conscientização do produtor e do acompanhamento de aperfeiçoamentos.
	5.4.2. Acomodação segura para o trabalhador na área de suprimento de cana	Área de suprimento integral	Sim	A sociedade certificada deve promover padrões legais mínimos de acomodação em sua base de fornecimento de cana-de-açúcar. <i>Para mais informações, consulte a Orientação.</i> Orientação: Isso é feito através da identificação de lacunas, da promoção da conscientização do produtor e do acompanhamento de aperfeiçoamentos.

	5.4.3. Inclusão de gênero em posições técnicas e de gerenciamento	Usina Agricultura	15%	Aplica-se a todos os trabalhadores nas dependências da usina e fazendas incluídos na unidade de certificação. O operador realizará de empoderamento da mulher a nível de comunidade. As operações de recrutamento aumentam a presença da mulher na força de trabalho para atender às metas estabelecidas pela operação de não menos que 15% do total da força de trabalho. <i>Para mais informações, consulte a Orientação.</i>
--	---	----------------------	-----	--